

Sobre uma quantidade desconhecida

Klaus Kleber *

Uma das notícias econômicas mais intrigantes recentemente publicadas foi a pretensa especulação brasileira no mercado do ouro, que teria balançado o mercado do metal. Como publicou este jornal, correu em Davos, na Suíça, onde se realizava o Fórum Econômico Internacional, terminado no último fim de semana, o boato de que o Brasil teria feito uma operação "errada" no mercado futuro de ouro. E, para consertá-la, o ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, na presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e flanqueado pelo presidente da Cia. Vale do Rio Doce, Francisco Schettino,

anunciou, na semana passada, a descoberta de uma mina de ouro no Pará, com uma reserva estimada, por enquanto, em 150 toneladas. Aparentemente, o Banco Central teria comprado ouro no mercado futuro a um preço que o operador pensou que não seria alcançado até o vencimento do contrato. Tendo a cotação depois subido, o País teria de sair da posição com prejuízo. Daí a oportuna "descoberta" da mina, que derubou o mercado.

Golpe de mestre, se for verdade, mas não há evidência alguma de que seja. O Banco Central vai pedir à Commodities Futures Trading Commission (CFTC), dos EUA, que esclareça tudo. Convém esperar o resul-

tado da peritagem, mas não há razão alguma para acreditar em embuste. O BC opera no mercado de ouro, mas não em volume suficiente para exigir uma intervenção em nível presidencial. E não somos uma república de bananas, embora nunca nos tenhamos envergonhado de produzi-las e dá-las de vez em quando. Se estivéssemos assim tão precisados, caberia suspeita, mas não estamos. Pela cotação atual, 150 toneladas de ouro dariam aí US\$ 2 bilhões, me-



nos o custo do investimento para minerais. Um bom acréscimo às reservas, sem empréstimo nem nada. Mas, com reservas cambiais em caixa no valor de US\$ 50,4 bilhões em 31 de

dezembro e ingressos recordes de dólares em janeiro e fevereiro (só no dia 5, o câmbio contratado deixou um saldo de US\$ 438,5 milhões), temos um problema monetário já muito sério, sem o ouro. E essa feliz ocorrência no Pará é também uma inesperada dor de cabeça política.

Começa que vão dizer que "o ouro é nosso". O presidente Fernando Henrique, logo após a revelação, teve a sensatez de acrescentar que a Vale vai ser privatizada, sim, só que, em seu leilão, devem ser computados US\$ 2 bilhões a mais. Não muda nada, mesmo porque privatizar é preciso para reduzir substancialmente a dívida interna, libertar o governo de gastos que lhe vergam a coluna vertebral e permitir-lhe investir. No social, é claro.

O ex-presidente José Sarney fez que não ouviu. Para ele o ouro do Pará é mais um argumento para não desestatizar a Vale. E, para não perder a vaza no social, ele acrescentou que a CVRD é uma agência de desenvolvimento, atuando em regiões distantes e inóspitas, levando o progresso ao interior do País. Carajás,

de onde a nova mina de ouro dista 55 km, é um projeto nacional, admite participação externa, convida até, mas deve ser controlado pelo poder do Estado.

Sarney e a bancada que pensa como ele têm bastante razão. A CVRD não é exatamente um exemplo de ineficiência estatal. Somando os prós e contras, descontadas as mordomias e as dotações para o fundo de pensão dos funcionários, é até uma estatal modelo. E tem a seu crédito Carajás e outras descobertas do presente e do futuro, como essa do ouro. Os livros mais honestos sobre o ouro, escritos por especialistas internacionais, destacam que, quanto ao volume de produção futura do metal, o Brasil é uma "unknown quantity". A Amazônia, por sinal, é uma desconunal quantidade desconhecida.

Temos tantas reservas que não precisamos mentir sobre tormentosas minas de ouro

Não faltam também argumentos ao governo. Privatizar não significa para o País perder. Ele pode ganhar e muito e, significativamente, depois da descoberta, as ações da Vale subiram e podem render muito mais no leilão de privatização. Além disso, em mercado como o do ouro, é interesse tanto do governo quanto da companhia, ou companhias mineradoras, dosar as quantidades oferecidas ao mercado. Como comprovam os boa-

tos de Davos, basta uma descoberta para balançar as cotações. Assim, mesmo que a companhia exploradora seja privada, ela tem de forçosamente trabalhar em estreito relacionamento não só com as autoridades do setor mineral como também com as autoridades monetárias. E transferir o controle de uma estatal não significa, necessariamente, privatizar o subsolo, que pode ser explorado apenas em regime de concessão. E se a Vale é uma agência de desenvolvimento, por que não podem sê-lo também os órgãos do governo? Essa é, aliás, a função precípua do Estado.

E tem mais: o governo pode perfeitamente exigir que todo ouro extraído por quem quer que seja, em território nacional, seja vendido ao Tesouro, a uma cotação de mercado. Isso pode ocasionar um problema monetário, se a quantidade de ouro for grande, mas não será mais grave que o ingresso de recursos externos à tripa forra. Vale mais um argumento: o governo, mesmo privatizando a companhia, pode mantê-la sob o seu controle, se desvios houver ou se os interesses nacionais forem contrariados. Para isso existe justamente a "golden share", um título único e rutilante que assegura aos governos o controle de empresas privatizadas (como ocorre com a British Petroleum - BP -, uma das tão temidas sete irmãs do passado).

A luta será sensacional e a imprensa lhe garantirá excelente bilheteria.

* Editor-adjunto deste jornal.